

XVI LEGISLATURA

SEPARATA — N.º 1 (2024.04.27)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 1, 2, 29 e 42/XVI/1.ª):

N.º 1/XVI/1.ª (PCP) — Revoga o regime de caducidade da contratação coletiva.

N.º 2/XVI/1.ª (PCP) — Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador (alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

N.º 29/XVI/1.ª (IL) — Elimina a obrigatoriedade de afixação de informação relativa à existência de postos de trabalho permanentes que estejam disponíveis na empresa ou estabelecimento, alterando o Código do Trabalho.

N.º 42/XVI/1.ª (PAN) — Valoriza os bombeiros e os seus direitos, reconhecendo aos bombeiros profissionais o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido e atribuindo aos bombeiros voluntários o direito à reforma antecipada, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, e do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho.

SEPARATA — N.º 2 (2024.05.07)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 7, 11, 12 e 48/XVI/1.ª):

N.º 7/XVI/1.ª (PCP) — Atribui um suplemento de missão aos profissionais das forças e serviços de segurança.

N.º 11/XVI/1.ª (CH) — Determina a aplicação do regime de atribuição do suplemento de missão criado pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro, às forças de segurança, aos militares das Forças Armadas e a outros trabalhadores que exerçam funções de autoridade ou de polícia criminal.

N.º 12/XVI/1.ª (BE) — Integra o suplemento de recuperação processual no vencimento dos oficiais de justiça (alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais).

N.º 48/XVI/1.ª (PAN) — Garante a atribuição de um suplemento de missão aos profissionais da PSP, da GNR, do SEPNA, do Corpo da Guarda Prisional, da Polícia Marítima e da ASAE, alterando diversos diplomas.

SEPARATA — N.º 3 (2024.05.07)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 82 a 86/XVI/1.ª):

N.º 82/XVI/1.ª (PCP) — Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (sétima alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho).

N.º 83/XVI/1.ª (PCP) — Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças

profissionais, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro.

N.º 84/XVI/1.ª (PCP) — Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1 % do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho.

N.º 85/XVI/1.ª (PAN) — Aprova o regime de faltas justificadas ao trabalho por motivo de morte ou assistência a animal de companhia.

N.º 86/XVI/1.ª (PAN) — Consagra o direito de dispensa ao serviço no dia de aniversário e possibilita o gozo dos feriados obrigatórios em dia distinto aquele em que recaiam, alterando o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

SEPARATA — N.º 4 (2024.05.10)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 98/XVI/1.ª (CH):

Pela instituição do 25 de Novembro como feriado nacional.

SEPARATA — N.º 5 (2024.05.15)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 102, 103, 104 e 122/XVI/1.ª):

N.º 102/XVI/1.ª (PCP) — Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (vigésima alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 103/XVI/1.ª (PCP) — Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos.

N.º 104/XVI/1.ª (PCP) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (vigésima alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 122/XVI/1.ª (PCP) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (vigésima alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

SEPARATA — N.º 6 (2024.05.17)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 3 e 14/XVI/1.ª):

N.º 3/XVI/1.ª (PCP) — Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde.

N.º 14/XVI/1.ª (BE) — Medidas urgentes para captar, fixar e valorizar os profissionais do Serviço Nacional de Saúde, garantindo assim o acesso à saúde a toda a população.

SEPARATA — N.º 7 (2024.05.22)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 127/XVI/1.ª (PCP):

Integração do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro).

SEPARATA — N.º 8 (2024.05.29)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 129, 130, 136, 139 e 146/XVI/1.ª):

N.º 129/XVI/1.ª (BE) — Estabelece o direito a 25 dias de férias no setor privado e na Administração Pública e reconhece ao trabalhador o direito a faltar no dia de aniversário.

N.º 130/XVI/1.ª (BE) — Garante uma maior conciliação entre a vida familiar e profissional através da criação de uma licença para fruição e cuidado de filhos menores.

N.º 136/XVI/1.ª (PAN) — Assegura mais tempo de descanso e lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado.

N.º 139/XVI/1.ª (PCP) — Consagra o direito a um mínimo de 25 dias úteis de férias anuais para todos os trabalhadores.

N.º 146/XVI/1.ª (L) — Altera o Código do Trabalho e legislação relacionada, consagrando o direito ao horário de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas semanais e 25 dias úteis como período mínimo de férias; à verificação das condições de trabalho de quem está em teletrabalho, bem como o direito a férias pagas de quem esteja a realizar estágio profissional extracurricular.

SEPARATA — N.º 9 (2024.05.31)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 152/XVI/1.ª (PCP):

Reforça o regime de direitos dos profissionais da Polícia Marítima e de participação das respetivas associações representativas (primeira alteração à Lei n.º 53/98, de 18 de agosto, e à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro).

SEPARATA — N.º 10 (2024.06.04)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 149, 150 e 151/XVI/1.ª):

N.º 149/XVI/1.ª (PCP) — Aprova o estatuto da condição policial.

N.º 150/XVI/1.ª (PCP) — Consagra o direito à greve dos profissionais da PSP (segunda alteração à Lei n.º 14/2002, de 19 de fevereiro).

N.º 151/XVI/1.ª (PCP) — Reforça o regime de direitos dos profissionais da Guarda Nacional Republicana e de participação das respetivas associações representativas (primeira alteração à Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, terceira alteração à Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 233/2008, de 2 de dezembro, que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da GNR).

SEPARATA — N.º 11 (2024.06.14)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 159, 160 e 168/XVI/1.ª):

N.º 159/XVI/1.ª (PCP) — Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (vigésima alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 160/XVI/1.ª (PCP) — Altera o regime de trabalho temporário, limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (vigésima alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 168/XVI/1.ª (BE) — Compatibiliza a idade mínima para prestar trabalho com o termo da escolaridade obrigatória.

SEPARATA — N.º 12 (2024.06.19)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 140/XVI/1.ª (PCP):

Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias úteis de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à décima nona alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

SEPARATA — N.º 13 (2024.07.18)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 207/XVI/1.ª (PCP):

Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido.

SEPARATA — N.º 14 (2024.07.20)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 203 e 208/XVI/1.ª):

N.º 203/XVI/1.ª (PCP) — Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro).

N.º 208/XVI/1.ª (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional.

SEPARATA — N.º 15 (2024.07.24)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 180/XVI/1.ª (PS):

Aprova o novo estatuto da carreira de investigação científica.

SEPARATA — N.º 15 — Suplemento (2024.07.24)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 180/XVI/1.ª (Aprova o novo estatuto da carreira de investigação científica):

— Prorrogação do prazo para apreciação pública.

SEPARATA — N.º 16 (2024.07.25)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 181/XVI/1.ª (PS):

Aprova o regime do pessoal docente e de investigação dos estabelecimentos de ensino superior privados.

SEPARATA — N.º 16 — Suplemento (2024.07.25)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 181/XVI/1.ª (Aprova o regime do pessoal docente e de investigação dos estabelecimentos de ensino superior privados):

— Prorrogação do prazo para apreciação pública.

SEPARATA — N.º 17 (2024.07.31)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 222/XVI/1.ª (IL):

Colocar no recibo de vencimento dos trabalhadores por conta de outrem os custos suportados pela entidade patronal no âmbito das contribuições para a segurança social.

SEPARATA — N.º 18 (2024.08.31)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 221/XVI/1.ª (BE):

Promoção dos direitos das pessoas com endometriose ou com adenomiose através do reforço do seu acesso a cuidados de saúde e da criação de um regime de faltas justificadas ao trabalho e às aulas.

SEPARATA — N.º 19 (2024.09.18)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 206, 229 e 230/XVI/1.ª):

N.º 206/XVI/1.ª (PSD) — Aprova o estatuto do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e altera a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho.

N.º 229/XVI/1.ª (PAN) — Assegura o reposicionamento na categoria de enfermeiro especialista das enfermeiras que por se encontrarem em gozo de licença de parentalidade, licença de situação de risco clínico durante a gravidez ou de direitos análogos não tenham transitado para essa categoria nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio.

N.º 230/XVI/1.ª (BE) — Reposição de direitos a enfermeiras discriminadas por terem sido mães.

SEPARATA — N.º 20 (2024.09.18)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 225/XVI/1.ª (BE):

Aproxima os direitos de advogadas e advogados aos direitos reconhecidos a todos os trabalhadores em situação de doença, incapacidade, luto e parentalidade (procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 131/2009, de 1 de junho, que consagra o direito dos advogados ao adiamento de atos processuais em que devam intervir em caso de maternidade, paternidade e luto e regula o respetivo exercício).

SEPARATA — N.º 21 (2024.09.21)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 245, 246, 248, 249, 255 e 260/XVI/1.ª):

N.º 245/XVI/1.ª (PCP) — Reforço dos direitos de maternidade e de paternidade.

N.º 246/XVI/1.ª (CH) — Modifica o regime do horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares por forma a facilitar a conciliação da vida familiar com a vida profissional.

N.º 248/XVI/1.ª (L) — Alarga os períodos de gozo da licença parental inicial, da licença parental exclusiva do pai, da licença parental em caso de deficiência da criança ou de um dos progenitores, e da dispensa para amamentação ou aleitação.

N.º 249/XVI/1.ª (L) — Alarga os períodos de gozo da licença parental e revê a majoração das remunerações de referência para atribuição do subsídio parental inicial, do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica e do subsídio para assistência a neto.

N.º 255/XVI/1.ª (PAN) — Prevê medidas de reforço da proteção na parentalidade, aprova uma licença parental inicial igualitária de seis meses e aumenta o período de dispensa para amamentação ou aleitação até aos dois anos da criança.

N.º 260/XVI/1.ª (BE) — Alarga e garante a atribuição da licença parental inicial igualitária em termos de género, às famílias monoparentais e por via da adoção, alarga a licença inicial exclusiva do pai e a dispensa para amamentação, aleitação e acompanhamento da criança.

SEPARATA — N.º 22 (2024.10.12)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 283/XVI/1.ª (PS):

Regulamenta a arbitragem para a apreciação dos fundamentos da denúncia de convenção coletiva e a arbitragem para a suspensão do período de sobrevivência, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro.

SEPARATA — N.º 23 (2024.10.15)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.ª (GOV):

Aprova o Orçamento do Estado para 2025.

SEPARATA — N.º 24 (2024.10.16)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 322/XVI/1.ª (BE):

Atribui aos bombeiros o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido, confere o

direito ao subsídio de risco e penosidade e à cumulação de suplementos remuneratórios e antecipa a idade da reforma.

SEPARATA — N.º 25 (2024.10.22)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 24/XVI/1.ª (GOV):

Aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica e o Regime comum das carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado.

SEPARATA — N.º 26 (2024.10.29)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 343/XVI/1.ª (BE):

Garante a igualdade na carreira aos especialistas auxiliares da Polícia Judiciária (alteração ao Decreto-Lei n.º 138/2019, de 13 de setembro).

SEPARATA — N.º 27 (2024.10.31)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 263/XVI/1.ª (CH):

Atribuir aos sapadores florestais e aos bombeiros de associações humanitárias a qualificação de profissão de desgaste rápido bem como a atribuição de subsídio de risco.

SEPARATA — N.º 28 (2024.11.06)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 297/XVI/1.ª (BE):

Cria a carreira especial de técnico auxiliar de educação.

SEPARATA — N.º 29 (2024.11.09)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 284/XVI/1.ª (L):

Progressão salarial dos investigadores e dos docentes universitários mais rápida e justa.

SEPARATA — N.º 30 (2024.12.03)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 355/XVI/1.ª (BE):

Reforça a negociação coletiva, repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador e revoga o regime da caducidade da contratação coletiva (vigésima quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

SEPARATA — N.º 31 (2024.12.16)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 351/XVI/1.ª (PCP):

Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (décima alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro).

SEPARATA — N.º 32 (2025.01.04)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 43/XVI/1.ª (GOV):

Procede à transposição da Diretiva (UE) 2022/2041, relativa a salários mínimos adequados na UE, alterando o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

SEPARATA — N.º 33 (2025.01.15)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 398 a 400/XVI/1.ª):

N.º 398/XVI/1.ª (BE) — Determina a responsabilidade solidária das seguradoras pelo dano emergente de acidente de trabalho de trabalhador doméstico nas situações de pluriemprego.

N.º 399/XVI/1.ª (BE) — Confere uma maior proteção social às pessoas que trabalham no serviço doméstico, garantindo proteção no desemprego e acabando com a incidência contributiva abaixo do salário mínimo nacional.

N.º 400/XVI/1.ª [Reforça os direitos laborais para o trabalho doméstico remunerado e integra o regime jurídico do trabalho doméstico no Código do Trabalho (vigésima quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)].

SEPARATA — N.º 34 (2025.01.18)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 425/XVI/1.ª (PAN):

Prevê a concretização da revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça e assegura um conjunto de medidas para valorização da carreira.

SEPARATA — N.º 35 (2025.01.24)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 397/XVI/1.ª (BE):

Altera o Estatuto do Dador de Sangue, conferindo o direito de ausência ao trabalho no dia da dádiva.

SEPARATA — N.º 36 (2025.01.25)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 447/XVI/1.ª (BE):

Corrige as desigualdades no suplemento de fixação dos guardas prisionais das regiões autónomas (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro).

SEPARATA — N.º 37 (2025.02.05)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 487/XVI/1.ª (PCP):

Reforça os direitos associativos dos militares das Forças Armadas (primeira alteração à Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto, e ao Decreto-Lei n.º 295/2007, de 22 de agosto).

SEPARATA — N.º 38 (2025.02.08)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 491/XVI/1.ª (CH):

Consagra o direito aos advogados ao adiamento de atos processuais, procedendo ao alargamento do prazo concedido em situações de maternidade e, ou, luto.

SEPARATA — N.º 39 (2025.02.08)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 346 e 366/XVI/1.ª):

N.º 346/XVI/1.ª (PSD) — Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas nacionais ou estrangeiras que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República.

N.º 366/XVI/1.ª (CH) — Regulamenta a atividade de representação legítima de interesses (lobbying) junto de entidades públicas e cria um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República.

SEPARATA — N.º 40 (2025.02.11)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 493 e 494/XVI/1.ª):

N.º 493/XVI/1.ª (BE) — Consagra o direito ao pagamento do subsídio de refeição no Código do Trabalho.

N.º 494/XVI/1.ª (BE) — Altera o regime do trabalho por turnos e noturno e reforça a proteção social dos trabalhadores por turnos e noturnos.

SEPARATA — N.º 41 (2025.02.19)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 495/XVI/1.ª (PCP):

Condições de saúde e segurança no trabalho nas forças e serviços de segurança.

SEPARATA — N.º 42 (2025.02.19)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 472/XVI/1.ª (PAN):

Aprova o regime especial de direitos de parentalidade aplicável aos profissionais de saúde.

SEPARATA — N.º 43 (2025.02.10)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 512/XVI/1.ª (PCP):

Garante o pleno reconhecimento dos direitos laborais e maior proteção social aos

trabalhadores contratados ao abrigo do contrato de serviço doméstico.

SEPARATA — N.º 44 (2025.03.06)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 576/XVI/1.ª (PCP):

Repõe montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho.

SEPARATA — N.º 45 (2025.03.06)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 574, 577 e 578/XVI/1.ª):

N.º 574/XVI/1.ª (PCP) — Cria o subsídio de alimentação no setor privado.

N.º 577/XVI/1.ª (PCP) — Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (vigésima alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, e décima sétima alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

N.º 578/XVI/1.ª (PCP) — Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação (vigésima alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

DIVISÃO DE REDAÇÃO.